



Enjoying a flock: looks on curriculum research and governmentality

Apreciando uma revoada: olhares sobre pesquisas em currículos e governamentalidade

Disfrutar de un revoado: mira la investigación en currículos y gubernamentalidad

Tássia Alexandre Teixeira Bertoldo¹, Lívia de Rezende Cardoso¹

¹ Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, Brasil.

Autor correspondente:

Tássia Alexandre Teixeira Bertoldo
E-mail: tassiaalexandre@gmail.com

Como citar: Bertoldo, T. A. T., & Cardoso, L. R. (2021). Enjoying a flock: looks on curriculum research and governmentality. *Journal of Research and Knowledge Spreading*, 2(1), e12439. <https://doi.org/10.20952/jrks2112439>

ABSTRACT

This article aimed to analyze how the works discussed here point to a materialization of biopolitical action in and by educational practices with a greater focus in recent years by neoliberal rationality. For this purpose, researches were found based on the descriptors Curriculum, Governmentality and Education at the electronic addresses of BDTI, SciELO and ANPED. We found 12 theses and dissertations, 19 articles and 07 papers involving these themes. We organized the discussion on five argumentative fronts inspired by the work developed by (Aquino, 2017). The first covers studies of a historiographic nature, then those that highlight the body/health duet, and third, those that discuss sexuality/gender. The latter deal with governmentality and its effects on education, with emphasis on inclusion in the fourth and neoliberalism in the fifth. The final discussions present some considerations regarding the contributions, limits and possibilities of these academic productions.

Keywords: Biopolitics. Curriculum. Education. Governmentality. Mapping.

RESUMO

O presente artigo objetivou analisar como os trabalhos aqui apreciados apontam uma materialização da ação biopolítica nas e pelas práticas educacionais com foco maior nos últimos anos pela racionalidade neoliberal. Para isso, foram mapeadas pesquisas encontradas a partir dos descritores Currículo, Governamentalidade e Educação nos endereços eletrônicos do BDTI, SciELO e ANPED. Encontramos 12 teses e dissertações, 19 artigos e 07 trabalhos que envolvem essas temáticas. Organizamos a discussão em cinco frentes argumentativas inspiradas no trabalho desenvolvido por (Aquino, 2017). A primeira abrange os estudos de cunho

historiográfico, em seguida os que salientam o dueto corpo/saúde, em terceiro os que discutem sobre sexualidade/gênero. Os últimos tratam da governamentalidade e seus efeitos na educação, com destaque para a inclusão no quarto e o neoliberalismo no quinto. As discussões finais apresentam algumas considerações a respeito das contribuições, limites e possibilidades dessas produções acadêmicas.

Palavras-chave: Biopolítica. Currículos. Educação. Governamentalidade. Mapeamento.

RESUMEN

Este artículo tuvo como objetivo analizar cómo los trabajos aquí discutidos apuntan a una materialización de la acción biopolítica en y por prácticas educativas con un mayor enfoque en los últimos años por la racionalidad neoliberal. Para ello, se encontraron investigaciones a partir de los descriptores Currículo, Gubernamentalidad y Educación en los sitios web BDTI, SciELO y ANPED. Se encontraron 12 tesis y disertaciones, 19 artículos y 07 trabajos relacionados con estos temas. Organizamos la discusión en cinco frentes argumentativos inspirados en el trabajo desarrollado por (Aquino, 2017). El primero abarca estudios de carácter historiográfico, luego los que destacan el dúo cuerpo/salud y tercero, los que discuten sobre sexualidad/gênero. Los segundos abordan la gubernamentalidad y sus efectos en la educación, con énfasis en la inclusión en el cuarto y el neoliberalismo en el quinto. Las discusiones finales presentan algunas consideraciones sobre los aportes, límites y posibilidades de estas producciones académicas.

Palabras clave: Biopolítica. Currículos. Educación. Gubernamentalidad. Mapeo.

APRECIANDO UMA REVOADA

Era uma manhã de fim de outono já friozinho no sertão sergipano onde eu morava. Tomei banho de lavanderia no quintal, tomei meu café com pão e parti para escola. Desci a ladeira da rua onde eu morava e parei para escolher o caminho: a rua calçada de paralelepípedos e mais perto ou o terreno descampado de “seu Zé Barreto”, mais distante, porém mais divertido! Ainda faltava meia hora para o toque de entrada e escolhi ir pelo terreno. Enquanto eu andava ia observando aquele lugar que eu adorava e me deparei com várias borboletas meio amareladas. Eram muitas, uma coisa linda que acontecia às vezes ali e tive sorte de presenciar naquele dia. Pareciam brincar de pega-pega, voavam, pousavam nas flores. Apreciei aquela cena por uns minutos e segui pra escola com uma sensação tão boa. Ao chegar, contei à professora Iracema (*in memoriam*) e ela disse toda empolgada: “você viu uma revoada Tássia, é linda, né? No sertão tem essas belezuras. As borboletas se ajudam quando estão em grupo para migrar, uma guia a outra. A gente vai ver isso quando estudar insetos”. Ela iniciou a aula.

Essa memória de uma das autoras foi inspiração para delinear as buscas e encontrar outras pesquisas para este artigo. A ligação às borboletas se dá pelo fato de elas terem sido companhia em muitos dias em que a mesma parecia estar sozinha. A trajetória de quem pesquisa parece ser solitária, principalmente quando se está em pandemia, e é, mas não em sua totalidade. Ler outras pesquisas – teses, dissertações, anais e artigos – nos trouxe a sensação de apreciação de uma revoada de borboletas onde se tem a oportunidade de voar coletivamente, colher néctares que dão energia para seguir, fazer encontros e se deslocar para outros lugares. Nesse sentido-sentimento, este artigo foi composto como uma revoada em que pesquisas-borboletas bailam e se ajudam com suas escritas.

A fim de nos auxiliar a compor esta escrita, buscamos revoar com outros estudos e aqui apresentamos descrição e análises desses encontros. Essa busca se justifica por dois principais motivos: 1) possibilitaram uma melhor compreensão da temática proposta, pois segundo (Cardoso et al., 2010) quando um/a pesquisador/a analisa outros trabalhos de

investigadores/as que o precederam é possível compreender e se sentir amparado para a suas próprias aventuras; 2) também possibilitaram obter uma ideia sobre o que já foi discutido a respeito do tema, alguns escapes ou lacunas e perceber e poder apresentar outras emergências. Vale ressaltar que a proposta aqui não é fazer um estado da arte, mas uma apresentação da literatura que nos acompanhou, inspirou e compôs conosco.

Para tal composição, este artigo foi organizada em subseções a partir do que encontramos ao observar outras borboletas colhendo néctares de informações em algumas flores mais abundantes no sentido de maior visibilidade e buscas entre pesquisadores/as. Tais foram: *Margaridas* que tratam das publicações em revistas buscadas no *Scientific Electronic Library Online* (SciELO)¹; *Verbenas* que corresponde a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)²; *Cambarás* flores do terceiro encontro onde trazemos os trabalhos publicadas nos anais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd)³. Por fim, encerramos trazendo considerações nossas, a partir do que apreciamos em cada espaço floral, no que chamamos de Quando a revoada se desfaz. Em cada uma delas foram utilizados os néctar-descritores – currículo, biopolítica, governamentalidade e educação – na tentativa de olhar para o maior número de borboletas e compreender como se alimentaram e ganharam energia para seguir voo.

Considerando essa proposta, organizamos a discussão das publicações em cinco frentes argumentativas inspiradas no trabalho que muito nos encantou desenvolvido pela bela monarca (Aquino, 2017). O autor visou perspectivar a emergência e os usos da noção de biopolítica, formuladas por Michel Foucault, operados pelas pesquisas educacionais brasileiras, por meio de uma compilação dos artigos veiculados nos principais periódicos da área no intervalo de 2001 a 2016. Mediante o material escrutinado, foram isoladas cinco grandes frentes argumentativas: a primeira abrange os estudos de cunho historiográfico, em seguida os que salientam o dueto corpo/saúde, em terceiro os que discutem sobre sexualidade/gênero. Os últimos tratam da governamentalidade e seus efeitos na educação, com destaque para a inclusão no quarto e o neoliberalismo no quinto.

Pensando a revoada como um arranjo coletivo, tomamos essa proposta do autor como inspiração para análise dos estudos que encontramos nas flores mencionadas por onde pousamos. Argumentamos nessa composição que os trabalhos aqui apreciados apontam uma materialização da ação biopolítica nas e pelas práticas educacionais com foco maior nos últimos anos pela racionalidade neoliberal. Além disso, observamos se e como este tipo de estudo tem adentrado programas de pesquisa em ensino e mais especificamente a partir de práticas, instrumentos e vivências docentes e discentes. Também apresentamos algumas considerações a respeito das contribuições, limites e possibilidades dessas produções acadêmicas. É partindo desses pressupostos, que te convidamos a apreciar uma revoada repleta de cheiros, cores e sabores florais!

MARGARIDAS

Naquele descampado, era nas margaridas que ela fixava seu primeiro olhar. Flores tão lindas e atraentes, suas pétalas alargadas e delgadas, geralmente, a cor predominante era o branco e o botão central dourado ou amarelo, as preferidas para fazer a brincadeira de bem-me-quer e todas atrativas às borboletas. Quando ela lembra delas bem visíveis e chamativas, pensamos nas leituras que fizemos dos textos que encontramos nas buscas na plataforma

¹ Biblioteca eletrônica que abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros. Recuperado de: <https://scielo.org/>

² Inicialmente denominada Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e, atualmente, denominada Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Recuperado de: <https://bdtd.ibict.br/vufind/>

³ Fomenta a investigação e para fortalecer a formação pós-graduada em educação. Recuperado de: <https://anped.org.br/reunioes-cientificas/nacional>

Scielo. Foi o lugar onde primeiro partimos em busca de artigos quando começamos esta escrita. Nos disseram um dia que ali acharíamos um grande número de artigos e periódicos com bastante evidência e difusão entre pesquisadores/as. E num é que encontramos tantos textos que deu vontade de escolher fazendo quase a brincadeira das margaridas para selecioná-los. Deu vontade, mas, não fizemos assim, claro!

Começamos a busca inserindo os descritores já mencionados na área denominada Busca Avançada e deparámo-nos com uma lista de 60 textos. Tomando como base o panorama empreendido pela borboleta (Aquino, 2017), selecionamos os de *Qualis* A1 e A2 e excluimos os textos do intervalo por ele descrito e analisado (2001 a 2016). Como nenhum dos textos datam de período anterior a 2001, seguimos nossa análise com os que datavam de 2017 em diante (excluindo o de Aquino), ficando um total 19 artigos em 12 periódicos. Tais periódicos foram: Caderno Cedes, Educar em Revista, Educação em Revista, Revista Brasileira de História da Educação, Revista Brasileira de Educação, Educação e Pesquisa, Pro-Posições, Educação e Realidade, Revista Brasileira de Estudos da Presença, RBCS, Revista Interface e Revista Brasileira de Educação Especial Bauru.

Iniciamos a leitura-apreciação dos 19 trabalhos entusiasmadas pelo que havíamos encontrado nessa monarca com mais tempo de voo que nós. Considerando as frentes argumentativas propostas e após leitura de todos os textos, identificamos pelo menos um característico de cada frente, tais foram: 03 Historiográficos; 01 Corpo e Saúde; 02 Gênero e Sexualidade; 05 Inclusão e 08 Neoliberalismo. Seguindo essa sequência, iniciamos nossa apreciação descritivo-analítica.

O conjunto de frente Historiográfica oferece uma análise para determinados fatos/momentos históricos. Ripe & Amaral (2018) analisaram os discursos sobre o ensino de civildade para a rotina da infância masculina, presentes na obra *Escola de política ou tractado prático da civildade portugueza* (1786), de autoria do padre português João da Nossa Senhora da Porta Siqueira. Ele aponta que esses impressos enunciavam a modelação de uma imagem específica para o sujeito infantil e defendeu que diferentes condições de possibilidades fizeram com que no século XVIII português, um conjunto de ideias, normas, condutas e regramentos distinguisse socialmente os comportamentos da população.

Gomes & Aquino (2019) propuseram uma mirada histórico-política sobre o encontro entre teatro e educação, tendo o teatro para crianças como seu operador prático. Nesse sentido, versaram sobre o discurso em torno da temática no Brasil desde o início até meados do século XX, valendo-se de duas fontes: o jornal *Correio da Manhã* e a *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Ao evidenciar o atrelamento discursivo das práticas teatrais ao ideário da Escola Nova, o estudo atribuiu aos teatros infantil e escolar um lugar de destaque entre as estratégias pedagogizantes capazes de constituir processos de veridicção-subjetivação desencadeadora de modos específicos de ocupar o mundo.

Gallo & Limongelli (2020) tomaram o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), colocando em relevo os avanços que ele promoveu em relação às anteriores legislações acerca da infância no Brasil, os Códigos de Menores. Analisou a emergência do ECA no contexto da Nova República e do processo de redemocratização do país por meio do operador conceitual governamentalidade democrática, mostrando que se tratava de subjetivar crianças e jovens como cidadãos de direitos, sob uma lógica de proteção integral. Eles enfatizam que se tratava de uma forma democrática de governo, mas ainda assim um governo da infância e da juventude, mantendo-as sob a tutela dos adultos. Chamam atenção para os limites dessa legislação, apesar dos avanços, visto que crianças e jovens continuam morrendo em massa ou sendo encarcerados, apesar da política de proteção integral.

Enveredamos pelo único artigo dessa busca-encontro que tem como foco Corpo e Saúde. O estudo de Carvalho et al. (2019) refletiu sobre os modos que o conceito de risco vem operando, entendendo que o risco não existe em si, mas constitui-se como uma tecnologia moral e política que fabrica modos de olhar e de calcular a realidade, governar condutas,

normalizar o social e produzir subjetividades. Além disso, problematizam o fato de sermos induzidos a uma autovigilância ativa, construindo uma “cidadania econômica” e um ideal de “empresários de si mesmos” e criando redes de vigilância e normalização que reforcem modos submissos e pouco potentes de viver.

Apesar de não serem em âmbito escolar, pudemos nos envolver e compreender com as análises desenhadas por essas duas frentes argumentativas observando como discutem, em períodos e através de artefatos diferentes, condições de possibilidade nas quais indivíduos têm suas condutas governadas a fim de tornarem-se sujeitos específicos para fins específicos. Além disso, tivemos a grata surpresa de perceber nas discussões claramente como algumas tecnologias de governo defrontam-se continuamente com práticas de resistência e das chamadas contracondutas inventando outros possíveis para a vida. Um suspiro!

Quanto aos estudos voltados à tematização de Gênero e Sexualidade, César & Duarte (2017) analisam nos planos nacional, estadual e municipal de educação as disputas em torno da sexualidade e do gênero. Abordam as batalhas narrativas em torno da presença dos conteúdos da igualdade de gênero e da diversidade sexual na educação brasileira e problematizam aspectos que se tornaram o centro de uma disputa pelo estabelecimento de novas formas de governo do corpo e do desejo. Já Melo & Olivar (2019) trazem uma experiência etnográfica na cidade de Tabatinga (AM) na busca por compreender, levando em consideração uma perspectiva teórica de gênero, como “o Estado” e “a fronteira” se emaranham, são construídos e apropriados por redes locais afetivas, econômicas, sexuais e familiares. Nesse sentido, fazem a análise da ampliação da participação das mulheres, e da vida social de políticas públicas que mobilizam a categoria mulher, situacionalmente associada à região fronteira.

Dois pontos nos chamaram atenção nesses dois textos: o primeiro é que as disputas relacionadas a gênero e sexualidade ainda são alvo de polaridades e é preciso atenção para que as discussões nesse entorno sejam cada vez mais legitimadas através de políticas públicas. E segundo, que as problematizações dessas temáticas se expandem e são fortalecidas quando compreendidas de maneira multidimensionais e micropolíticas. Esses aspectos também foram observados por Paraíso (2018) ao analisar os embates de gênero em espaço micro de algumas escolas.

Na frente Inclusão desdobraram-se discussões para além da educação especial. As análises encontradas desenvolveram-se em torno de processos de inclusão e exclusão como estratégia política de governamentalidade. Nessa direção desdobram-se nichos relacionados a infâncias, políticas públicas de inserção e deficiências. Com Santaiana & Forell (2017), pude acompanhar como o Ensino Fundamental de Nove Anos pode ser entendido como política educacional que, estrategicamente, constituiu um governo dos infantis através de uma análise dos discursos das publicações do Ministério da Educação. Eles problematizam a infância que emerge por uma vontade de poder, instituída por uma política operacionalizada pelo Estado e que o Ensino de Nove Anos pode ser visto como álibi para introjetar sujeitos formatados de determinados modos.

De forma semelhante, mas com vistas para o Programa Ciência sem Fronteiras (CsF), Lingnau & Navarro (2018) analisam, através de documentos e entrevistas feitas a sujeitos que tiveram uma experiência educacional com esse programa, como o mesmo se configura como um acontecimento e a partir disso as universidades brasileiras são incluídas no mundo globalizado e levam o nome das instituições brasileiras para vários países do mundo, o que reverbera o regime de verdade sobre a internacionalização que torna possível o acontecimento CsF.

Com vistas à discussão da inclusão de pessoas com deficiência na escola, Pagni (2019) analisa o modo como a governamentalidade estatal brasileira se ocupa dessas pessoas, elucidando suas faces tanto biopolítica quanto tanatopolítica. À luz da crítica ao paradigma científico que congrega essas faces, no qual a Política Nacional de Educação Especial na

Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) se apoia, ele propõe um paradigma estético de inclusão, com vistas a melhor atender as demandas do *ethos* dessas pessoas na escola.

Com Sardagna & Frozza (2019) a discussão se volta a questionar como está sendo produzido o sujeito aluno com deficiência, a partir das narrativas de nove docentes atuantes em sala de aula. Elas problematizam como as relações podem ser estabelecidas com as técnicas de condução desses sujeitos, enquanto práticas de governamentalidade e evidenciam a efetivação das ações inclusivas na escola, no fortalecimento do imperativo da inclusão, reforçando a instituição escolar que opera como uma maquinaria a serviço do Estado governamentalizado, disseminando condutas almeçadas por seus docentes.

As discussões de Kraemer & Thoma (2019) analisam como vêm sendo operacionalizados investimentos na modulação das condutas das pessoas com deficiência pela política de inclusão escolar em curso na sociedade brasileira desde a última década do século XX. Elas apontam que as práticas operadas pelo Estado brasileiro na modulação das condutas dessas pessoas têm como objetivo constituir sujeitos capazes de investir no desenvolvimento de suas competências individuais ao longo de seu processo de formação e isso se dá através de diferentes estratégias para minimizar o risco social da exclusão desses sujeitos.

As discussões provocadas nesses trabalhos ao mesmo tempo que nos inquietam também trazem esclarecimentos por deixarem bem claro como estratégias biopolíticas estão por todos os lados e de como são capazes de modular e conduzir condutas para muito além dos espaços escolares a fim de garantir uma segurança e controle das populações. Como enfatiza Pagni (2017, p. 258), “essas estratégias são colocadas em circulação para legitimar ou para produzir, desde os regulamentos legais que os instauram, algumas práticas ditas inclusivas”.

Nas discussões correlatas ao neoliberalismo, pudemos identificar 8, dentre os 19 artigos. Gadelha (2017) faz uma articulação mais ampla da biopolítica à educação no contexto das sociedades de controle. Ele identifica, descreve, articula e problematiza quatro vetores considerados estratégicos ao agenciamento entre biopolítica e educação: desempenho, a gestão, a visibilidade e as novas tecnologias da informação e da comunicação. Para tanto, parte da premissa de que se colocou em marcha, particularmente nas sociedades ocidentais, um amplo e intensivo processo de empresariamento da sociedade. Este, dentre outras coisas, teve por efeito reorganizar e redefinir o que tradicionalmente se tem entendido por educação desde a Modernidade.

Numa articulação mais delimitada, Gallo (2017) trouxe uma discussão a respeito do que o mesmo chama de governamentalidade democrática. Através de documentos de políticas públicas brasileiras no campo da educação (desde a LDB de 1996 a BNCC 2017) mapeou elementos que implicam na produção de um sujeito cidadão, como alvo das ações de governo. Além disso, apontou táticas de resistência a esta produção biopolítica, como recusa daquilo que somos, para a busca de novas produções subjetivas.

Por semelhante análise, Lockmann & Machado (2018) analisaram o “Pátria Educadora: A qualificação do Ensino Básico” como obra de construção nacional, em circulação desde abril de 2015 em sua versão preliminar. Com vistas para as ações propostas pelo documento para o ensino público, as quais se afinam a princípios neoliberais. Eles destacaram a presença da Teoria do Capital Humano e a lógica do mercado incidindo sobre alunos, professores e instituições, colocando todos num jogo permanente de concorrência.

Com Nunes & Neira (2018), a análise parte para um currículo em específico, o de licenciatura em educação física (EF) de uma instituição de ensino superior privada. Eles identificaram como o mesmo promove modos de subjetivação, a fim de produzir a identidade do futuro professor em tempos de lutas por mudanças sociais e por imposições neoliberais de modos de ser produtivos e eficientes, recaindo na análise da produção do sujeito-cliente. Enquanto objeto e objetivo do ensino superior (ES) privado, a produção desse sujeito exige a reformulação contínua do currículo e naturaliza estratégias de regulação que visam à submissão total da vida às regras do mercado.

O artigo de Nascimento (2018) contempla discussões acerca de um programa de governo que visa também à produção de sujeitos, sendo esses empreendedores e proativos, com foco na responsabilização dos sujeitos. Ela problematiza a ideia de o Estado está assumindo um papel de educador, na medida em que se utiliza de estratégias que atuam pedagogicamente sobre os indivíduos, produzindo subjetividades e cogita a emergência de um Estado-*coach*, que assume o papel de estimular as pessoas a alavancar melhores resultados para que possam obter o máximo de rendimento de suas competências e habilidades.

Com olhares para políticas educativas dos últimos anos nas escolas portuguesas, Caetano (2018) traçou um paralelismo entre o reformismo das políticas educativas atuais, traduzidas num *corpus* legislativo, e a economia de poder especificada pelo neoliberalismo. Ele argumenta que os novos modos de governo das escolas, dos professores e dos estudantes visam alcançar três desejos estreitamente articulados entre si: a constituição de uma educação favorável à circulação de pessoas, bens e informação; a normalização das condutas; a adoção da racionalidade da economia política no trabalho escolar. A nova configuração semântica que acompanha este processo, centrada na autoavaliação, no desenvolvimento estratégico e na inovação pedagógica, destina-se a fazer impelir as escolas na realização de um trabalho hermenêutico sobre si próprias, operacionalizando ações de melhoria dos seus resultados, de modo a constituírem-se como escolas de qualidade.

Com olhares para as crises geradas pela pandemia da COVID-19, Veiga-Neto (2020) faz uma articulação dos seus desdobramentos com as deficiências da educação escolar no Brasil. Ele aponta que uma escola marcada por desigualdades, exclusões, elitismo, facilitação e superficialidade vem gerando amplos contingentes de rebeldia às orientações científicas de prevenção à pandemia e seu controle. Enfatiza o agravamento da situação por parte das classes políticas dirigentes, cujos líderes são fiéis adeptos do negacionismo, fundamentalismo político e religioso, anticientificismo e conspiracionismo. Por fim, propõe alguns princípios norteadores para a educação científica com ênfase nas dimensões gnosiológica e formativa.

Ainda nesse quadro de uma governamentalidade neoliberal, o último texto traz discussões ligadas à educação, mas em âmbitos diferentes dos já vistos nessa frente. Tauhata & Cassoli (2020) problematizam a emergência de adolescentes em conflito com a lei buscando e descrevendo o conjunto de forças que permitiu o estabelecimento de uma nova configuração entre saberes e práticas sobre esses corpos. Desse modo, argumentam que adolescentes em conflito com a lei são personagens que emergem com o Estatuto da Criança e do Adolescente, sendo produzido pelas medidas socioeducativas, compreendidas como um conjunto de técnicas biopolíticas que articulam tecnologias de dominação e tecnologias de si.

Esses últimos artigos, confessamos, nos atraem um pouco mais que os demais por tratarem com mais enfoque aspectos semelhantes aos que discutimos em outros estudos por nós realizado. Seja por análise documental ou de programas de governo, em currículos escolares ou fora dela a educação está cercada por estratégias pedagogizantes em busca de formatar sujeitos específicos. Muito mais que produzir indivíduos-empresa e empreendedores, a ressonância da lógica neoliberal também adentra o campo das emoções quando propõe sujeitos proativos, responsáveis e aguerridos. É o que enfatiza Resende (2018, p. 86) quando diz que a economia na racionalidade governamental não vê apenas a produção e distribuição de produtos, mas analisa a “programação estratégica das atividades e dos comportamentos dos indivíduos” Abastecidas, inebriadas, encantadas e ao mesmo tempo aflitas com todas as formulações e discussões propostas nesta área das margaridas, tomamos um café, respiramos e deslocamo-nos a olhar para um outro espaço com flores lindas e repleta de borboletas: as verbenas.

VERBENAS

A segunda busca-encontro que fizemos foi de teses e dissertações no BDTD. A leitura delas nos fez lembrar as verbenas avistadas no descampado: flores miúdas, de combinações entre os tons de vermelho, laranja, branca e roxa formando arranjos em pequenos buquês, é uma família grande, aromática e melífera. É assim que sentimos quando se trata desse ambiente de busca, o lugar que consegue reunir várias pesquisas com diferentes perspectivas. Porém, ali se forma uma família, daquelas taxonômicas, em que as aproximações e distanciamentos são consideradas para agrupar ideias-aromas e saberes-sabores.

Ao sobrevoar e pousar, inserimos primeiro os descritores currículo e governamentalidade onde encontramos com 110 trabalhos. Mesmo sabendo da amplitude dos estudos, ousamos iniciar a leitura dos mesmos visto que a intenção era encontrar o máximo de pesquisas e nos alimentasse do néctar que as alimentara. Percebemos que muitas delas foram incluídas pelo sistema de buscas destacando o termo governamental como parte do termo governamentalidade, porém não tendo o significado deste conceito foucaultiano que consideramos neste artigo. Isso acontece porque o sistema associa os termos semelhantes, mas não compreende o sentido ou conceito dado aos mesmos. Para aproximar ao máximo do sentido que discutimos aqui, acrescentamos os termos biopolítica, ficando assim 32 trabalhos. Em seguida, acrescentamos educação, restando 12 pesquisas: sendo 7 teses e 5 dissertações. Trazemos aqui uma pequena descrição desse encontro e uma breve impressão das 12 borboletinhas nas verbenas agrupadas nas frentes argumentativas já mencionadas.

Enveredando pela frente Historiográfica, nos encontramos com 3 trabalhos. Em sua dissertação, Pimentel (2012) propôs analisar os aspectos característicos expressos na biopolítica instaurada pelo Estado a partir do currículo proposto pelas reformas educacionais contidas na Constituição Federal de 1946, nos Decretos-Lei nº 8529 e 8530 de janeiro de 1946, na Constituição Federal de 1967 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação brasileira (LDB) Lei nº 4024/61. A partir de estudos bibliográficos e análises documentais do arquivo público no período de 1940 a 1970, em suas análises ele aponta como a história da educação brasileira foi e é predominantemente direcionada pela governamentalidade a partir de discursos de verdades. Além disso, afirma que embora o Estado intervenha no controle social da educação e do trabalho docente, estes sujeitos não são reféns das ações idealizadas no âmbito do poder oficial, pois apesar de cumprirem com exigências, também reagem a elas, seja ignorando-as ou reagindo ou repelindo a ação estatal.

Reis Júnior (2014) e Rigue (2020) discutem em suas teses como o modelo de formação de professores refere-se à democratização do país e as mudanças sociais alavancadas por marcos legais e as reformas educacionais e curriculares que a sucederam. O primeiro analisa práticas discursivas arquitetadas sobre o curso de Pedagogia do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) do Campus Universitário de Bragança – Universidade Federal do Pará (UFPA). Partiu das emergências históricas da formação de professores dando visibilidade a arena da formação docente como contingência contemporânea advinda de forças capilares que objetivam e, ao mesmo tempo, subjetivam o professor em formação. Ele afirma que o PARFOR é fabricado por tramas históricas de subjetivação, as quais se sustentam tanto na governamentalidade quanto em estratégias biopolíticas acionadas por dispositivos curriculares que forjam e ao mesmo tempo são forjados pelos jogos de saber-poder-resistência. A segunda, por sua vez, investe numa discussão semelhante, porém, voltada para formação dos professores de química problematizando as condições de emergência e a criação de uma rede de formação inicial desses professores de Química no Rio Grande do Sul (RS).

Para as frentes Corpo e Saúde, a dissertação de Quintero (2014) e a tese de Santos (2017). A primeira discorreu a respeito de como o corpo se articulou na política moderna e procurou compreender como a política contemporânea resolve e organiza a contingência do

corpo, cuja fórmula mais recente parece se reduzir aos parâmetros da administração e da gestão. A pesquisa se desenvolveu em Montevideu visto ser a cidade natal da autora. Ela trabalhou com documentos elaborados pela Comisión Nacional de Educación Física, revistas e propostas curriculares elaboradas entre 1985 e 1990. Esta pesquisa contribuiu para a análise conceitual e as aplicações e consequências práticas de políticas governamentais desenvolvidas sobre a cidade e a cidadania. A segunda traz a saúde com foco na inquietação acerca das práticas de medicalização voltadas à infância em um serviço de saúde mental e suas relações com os currículos dos profissionais de saúde. Ao efetuar acoplamentos entre práticas de medicalização com modos de subjetivação/objetivação de crianças e os discursos produzidos no currículo de profissionais de saúde, a autora constitui o objeto de pesquisa. Os principais documentos analisados foram os prontuários produzidos no CAPSi e entrevistas com profissionais. Desse modo, ela defende a tese de que os modos de subjetivação e objetivação que produzem crianças “portadoras de transtornos mentais” são constituídas por meio de estreita relação com discursos medicalizantes forjados nos percursos curriculares de profissionais de saúde em suas formações oficiais, no cotidiano do serviço e em diversos âmbitos da vida.

A díade Gênero e Sexualidade foi foco de duas teses. Rizza (2015) teve como foco principal investigar a emergência de disciplinas, tanto obrigatórias quanto optativas, que discutem a sexualidade no cenário educacional do Ensino Superior, em diferentes cursos de graduação. A autora propôs essas discussões dentro do campo da Educação Ambiental, buscando refletir que em tempos em que a educação em direitos humanos e a preocupação com o planeta tem estado na ordem do discurso, esses temas, sexualidade e educação ambiental se aproximam quando emergem como importantes assuntos a serem abordados. Os dados da pesquisa foram produzidos a partir de um mapeamento, realizado nas cinco regiões brasileiras, em todas as universidades federais credenciadas no Ministério da Educação. Através desse movimento, a autora analisou essas disciplinas enquanto integrantes de estratégias biopolíticas, que elas têm impulsionado o debate acerca da sexualidade, do gênero, da diversidade e da diferença, constituindo assim um campo de disputas que engendram mecanismos de controle e regulamentação, produzindo assim uma arte de governar a população.

A Falchi (2018) discute o problema da identidade de gênero e a sexualidade como temas transversais ao currículo escolar focalizando os corpos desviantes, particularmente os transgêneros, como agenciadores de uma crítica ao governo identitário das diferenças na escola. A partir de narrativas de pessoas transgêneras e do que o autor chama de testemunho próprio, vislumbra um comum ingovernável, que se apresenta como um ethos e possibilita uma ruptura (cis)têmica, emergindo como um acontecimento e como um foco de resistência ao governo identitário dos corpos produzidos pela escola. Nas análises, problematizou a binarização dos corpos pela biopolítica neoliberal e argumentou pela tese da não-binaridade dos corpos trans, como ethos, facultando uma ruptura ética na formação humana e exigindo uma reconfiguração da discussão do gênero e da sexualidade como tema transversal do currículo escolar.

No interesse em debater processos de Inclusão como estratégias políticas de governamentalidade, deparamo-nos com duas pesquisas. A tese de (Bujes, 2001) se inseriu no terreno das discussões examinando as relações entre infância e poder tomando como foco principal o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCN). Ela apontou para as formas como operam os dispositivos de governo da infância, a partir da racionalidade governamental moderna. Destacou também como os aparatos de verdade sobre a infância, com seus sistemas de enunciados verdadeiros, são produzidos no interior das relações pedagógicas. Enfatizou em suas análises o RCN como um dispositivo de produção da verdade, cuja finalidade é a organização, a disseminação e o controle do saber que circula nas instituições de Educação Infantil. Analisou, ao final, como a captura da infância esteve associada aos projetos políticos

do liberalismo moderno, em suas diferentes feições, e como isso tem efeitos sobre a maquinaria institucional que funciona para produzir as subjetividades infantis.

A dissertação de Ferreira (2016) teve por objetivo geral problematizar as práticas curriculares de formação continuada de Pedagogos, Psicólogos e Assistentes Sociais, integrantes de equipes técnicas interdisciplinares que operam o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), na Fundação de Atendimento Socioeducativo do Estado do Pará (FASEPA) entre 2011-2015. Nesse sentido, analisou os efeitos dessa formação nas práticas de escrita enunciativa contida nos laudos e pareceres técnicos que definem a internação. A partir do mapeamento das formações discursivas contidas nos dispositivos oficiais em vigor no referido período que regulamentam as práticas de organização do trabalho pedagógico, didático e curricular de capacitação de pessoal da socioeducação, conclui que as práticas curriculares de formação continuada oferecem uma gama diversificada de temas, problemas e objetos discursivos da justiça infanto-juvenil e dos Direitos Humanos que não aparecem na passagem das práticas tutelares repressivas, punitivas e correccionais às práticas tutelares educativas, sociopedagógicas, psicopedagógicas, psicossociais e psicoeterapêuticas, sobremaneira, no que concerne à escritura da documentação biopolítica realizada por estes profissionais.

Na última frente, a do Neoliberalismo, apreciamos 3 borboletinhas. Cardoso (2012) tomou o currículo de aulas experimentais de ciências de uma escola pública de Belo Horizonte-MG como objeto de investigação. Seu argumento geral foi o de que o dispositivo da experimentação no currículo escolar arranja arquiteturas, organiza instrumentos, produz cruzamentos discursivos, estabelece uma racionalidade, conecta um espaço específico a outras práticas culturais, demarca o que conta como verdade, define autoridades, estabelece métodos e metodologias, produz o padrão, institui normas, destina condutas, faz aprender diferente, produz sujeitos *Homo experimentalis*. Com tal forma de problematizar, partiu do pressuposto de que, no currículo experimental, não só verdades científicas são produzidas, mas uma multiplicidade de discursos de diferentes campos é divulgada e disponibiliza, em meio a relações de poder-saber, posições de sujeito que convocam docentes e discentes a certas formas de vivenciar a ciência, pensar o mundo, governar-se, constituir-se.

Borchardt (2015), em sua dissertação, objetivou compreender as formas de ser professor – mais especificamente, ser professor que ensina Matemática nos anos iniciais da Educação Básica – orientadas/estimuladas pelos Projetos Pedagógicos de cursos de licenciatura em Pedagogia de universidades do sul do país. A partir da análise dos documentos, evidenciou os processos de subjetivação, as formas de ser professor que emergem dos discursos neles materializados. Inserido na linha de pesquisa Formação de Professores de Ciências e Matemática, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática da Universidade Federal de Pelotas, investigou os objetivos dos cursos, perfil dos egressos e planos de ensino das disciplinas relacionadas à área de ensino de Matemática. Através das análises apontou aspectos relacionados ao que chamou de professor desejado, aquele formado sob o discurso da liberdade e natureza, crescimento e desenvolvimento psicológico, em tempos de Estado Educador; ou formado sob o discurso das habilidades e competências para uma educação permanente, mas, que atende aos interesses neoliberais.

A dissertação de Manoel (2017) objetivou descrever e analisar discursos da matemática financeira presentes nos livros didáticos de matemática do ensino médio. Em busca de alcançá-lo, foi observado como as instâncias reguladoras e de instrução de conduta dos alunos podem operar por intermédio das relações de poder existentes. O material de análise constou de capítulos e seções específicas da matemática financeira, em livros didáticos de matemática do ensino médio, e também das seções direcionadas para os professores. Os enunciados foram construídos de forma articulada em uma trama discursiva; tais foram: a tomada de decisão, uma instrução necessária; o investimento e a poupança, uma prática para o acúmulo de capital e a formação do cidadão vinculada à formação do consumidor. A problematização da pesquisa

indica que a matemática financeira pode contribuir para a produção de significados de que ser sujeito, no discurso da matemática financeira, é ser empreendedor de si, por meio de seu capital humano. Pelas análises, apontou que a matemática financeira pode contribuir para o exercício da cidadania, já que esta é marcada por uma liberdade governada além disso, uma intrincada relação entre liberdade e poder que caracteriza a presença de ações de biopolítica e ações de governamentalidade neoliberal.

Todas essas pesquisas voaram a partir de algumas inspirações foucaultianas, tendo na arqueologia e/ou genealogia uma ferramenta de produção e análise de dados. Também faz interlocuções com outros pressupostos foucaultianos, dentre eles, as relações de poder, saber, verdade, o dispositivo, a governamentalidade e as estratégias biopolíticas. Além disso, são fortalecidas com aportes teóricos de autores/as como Guacira Louro, Butler, Sylvio Gadelha, Silvio Gallo, Fernando Seffner, Paul Veyne, Tomaz Tadeu da Silva, Alfredo Veiga-Neto, dentre outros/as que contribuíram a pensar a relação entre educação e biopolítica e seus múltiplos incitamentos.

Todas elas nos encantaram de alguma forma, mas as que trazem o neoliberalismo como centro da discussão atraíram nosso olhar. Além da frente argumentativa ser a mesma onde nos enxergamos, elas trazem pontos que nos inspiram e encorajam a compor esta escrita: o primeiro está na escrita alquimista e atrevida de Cardoso (2012, p. 45) que assume a perspectiva pós-moderna, deixando experimentos, livros, roteiros, gestos, objetos, vestimentas, professores/as, alunos/as tornarem-se elementos para sua análise através do baralho de cartas de uma bruxa “em busca de conselhos, direções e intuições para formular um problema em seu encontro com o currículo”.

O segundo no fato de Borchardt (2015) e Manoel (2017) serem professores de ensino médio, assim como uma de nós, e se perceberem entrelaçados em problematizar currículos que produzem sujeitos específicos a partir de uma racionalidade. Contagiadas por essas impressões, nos recordamos de um outro grupo de flores que sempre estava rodeado de borboletas no terreno de “Zé Barreto”, as cambarás. E é com elas no pensamento que adentramos a última busca-encontro: os trabalhos da ANPED.

CAMBARÁS

No banco de dados da ANPED, a autora das memórias aqui contadas recorda das flores cambarás que sempre via no descampado. Por serem flores numerosas e de cores vibrantes atraíam muitas borboletas. Tivemos a sensação de através dos trabalhos da ANPED enxergar um espaço de reunião de pesquisadores/as-borboletas em educação de vários lugares compartilhando néctares em forma de pesquisas-afetos-aflições. Diferente das outras buscas-encontros, utilizamos apenas os descritores biopolítica e governamentalidade por se tratar de uma biblioteca com pesquisas em educação e estarem organizadas em grupos de trabalho sendo um deles de currículo, o GT 12.

Neste sobrevoou, encontramos sete trabalhos sendo 01 deles na frente Historiográfica, 01 Corpo e Saúde, 02 Gênero e Sexualidade, 01 para Inclusão e 02 Neoliberalismo. Isso não significa dizer que só são esses os trabalhos apresentados nestes anos de reuniões, pois, além de só estarem com acesso digital a partir da 23ª reunião, o sistema de busca encaixa aqueles que têm os descritores no título ou nas palavras-chave. Além disso, aqui não interessa a quantidade, como já mencionei, mas sim a apreciação possível a partir do nosso encontro com quem apareceu nesse momento de revoada.

Pelas lentes da frente argumentativa Historiográfica, Klaus et al. (2015) discutem as práticas de gestão educacional e as políticas de inclusão construídas a partir da análise de documentos políticos oficiais produzidos no país nos séculos XX e XXI. A partir dos documentos analisados, apontaram a redefinição do papel do Estado no contexto neoliberal dos anos 1990 e a centralidade da gestão educacional pautada por um modelo empresarial; o agenciamento

entre gestão e inclusão escolar fortalecendo as ações de produção de sujeitos na lógica neoliberal e os efeitos deste cenário contemporâneo na produção de sujeitos empreendedores que sejam capazes de gerenciar suas vidas a partir de atos de escolha.

Na frente Corpo e Saúde, Nogueira (2015) faz uma análise de prontuários de crianças encaminhadas pela escola por queixas de comportamento, nos quais encontra-se a fabricação de uma vastíssima e refinada narrativa sobre os corpos infantis. Ela problematiza como as crianças passam a ser nomeadas a partir de classificações psiquiátricas, como a discursividade de alguns prontuários foi marcando pistas de sua voraz articulação com o regime político de gestão dos corpos a partir da sexualidade, sinalizando que processos de normalização e controle das subjetividades contemporâneas, via discurso pedagógico, estão constituídos no cruzamento entre dispositivo da sexualidade e a produção do corpo psiquiatrizado no espaço escolar no interior das biopolíticas de nossa época.

Tendo como frente Gênero e Sexualidade, dois trabalhos trazem contribuições em espaços diferentes. Dal’Igna (2013) desenvolveu uma discussão sobre os conceitos de gênero e governamentalidade problematizando as possibilidades que a articulação dos conceitos oferece em termos teóricos e metodológicos, especialmente para examinar os processos de subjetivação na relação família-escola. Abud & Teive (2015) problematizaram livros didáticos de Ciências e analisaram como os conteúdos de AIDS produzem representações discursivas de disciplina, de prevenção, relações de gênero, práticas de controle sobre os corpos e às sexualidades dos sujeitos em nome do sujeito saudável. Além disso, constataram a presença da feminização da AIDS e de conteúdos preconceituosos com relação à homossexualidade, onde a heteronormatividade ganha destaque.

Para a frente da Inclusão, Sardagna & Silva (2017) analisaram o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano Viver sem Limite – Eixo Educação do Governo Federal, na relação com a educação, entendida como lócus privilegiado para operar sobre os sujeitos com deficiência. Elas buscaram compreender as implicações desse plano como estratégia de poder colocada em operação pelo Estado, por práticas inclusivas no âmbito da educação básica. por fim, demonstram alguns apontamentos acerca dos movimentos que contornaram as práticas inclusivas no Brasil, permeados por deslocamentos internacionais que resultaram na produção da legislação pertinente que assegura a inclusão na educação básica.

Enredando pela frente do Neoliberalismo, as duas pesquisas propõem uma reflexão acerca de algumas características do pensamento educacional “neoliberalizado” sendo uma delas voltada para narrativas de discentes e a outra por análise de documentos. Conceição (2015) analisou o jogo de forças modelador da juvenilização da Educação de Jovens e Adultos visando reconstituir o diagrama de forças que operam os biopoderes atuantes neste processo materializado no espaço escolar analisado. Ela buscou ouvir as vozes e ressignificar a fala dos sujeitos envolvidos no complexo emaranhado de conceitos, tradições e gerações que constituem a conjuntura contemporânea de juvenilização desta modalidade de ensino.

Mendes & Lima (2015) objetivaram analisar alguns princípios da proposta curricular do Estado de Minas. Analiticamente, ressaltam como o neoliberalismo usa a educação de forma interessada na produção do sujeito para o mercado, como um importante mecanismo do capital humano colocando a educação mineira sob mecanismos de regulação gerencial e de resultados, ambos a favor da economia. Concluíram que nesse complexo jogo de conduta das condutas, o documento analisado materializa práticas de mercado, gerenciais e performáticas por meio de uma série de poderes e saberes que a ele estão associados, tornando as propostas curriculares supostamente indissociáveis a essas práticas.

Apreciar esses trabalhos nos despertou para dois pontos principais. O primeiro deles, como argumentamos aqui, cada vez mais a discussão biopolítica e educação tem se achegado a problematizar não só documentos oficiais, mas materiais como livros didáticos e vivências entre docentes e discentes perspectivando como estão sendo sujeitados a se comportar de determinadas maneiras no mundo. O segundo é que esse jogo da conduta não começou agora,

mas ainda se mantém e está cada vez mais materializado e legitimando. Nesse sentido, apontam a necessidade de questionar os materiais que utilizamos nas escolas, produzir novas políticas voltadas aos corpos, à saúde, às sexualidades no contexto pedagógico, além de debates acerca de um trabalho que realmente contemple as diferenças na escola, sem estereotipá-las ou normalizá-las.

QUANDO A REVOADA SE DESFAZ...

Tocou o sinal, mais um dia de aula encerrado. Fui para casa pelo descampado na expectativa de encontrá-las, mas elas não estavam lá... era meio dia em ponto e no sertão o sol não brinca em serviço. Aquelas borboletas tinham se espalhado, seguido na procura por outros campos, outras flores. Aquela revoada se desfez, mas eu sabia que novas se formariam, com novas borboletas ou com as mesmas daquele dia ou até a mistura delas. Impossível apreciar uma revoada e não ficar maravilhada com tanta beleza. Elas se espalham, cada uma percorre seu voo, mas dali em diante já não são as mesmas, carregam as marcas dos encontros.

Voltando a essa memória de uma das autoras, pensamos que fazer uma busca em banco de dados por outros textos nos deixou impressões tal como a revoada que ela presenciou e contou no início desta escrita. Foi pensando em cada local pesquisado como flores e nas pesquisas, pesquisadores e pesquisadoras como borboletas que as sobrevoaram que nos inebriamos com todo esse néctar colhido. Esses encontros e todas as descrições e análises aqui apontadas representam o nosso olhar e apreciação daquelas que voaram antes de nós. É muito mais que contagem numérica, é sentir que tem companhia e muitos “alguéns” que corroboram nosso voo. Nesse sentido-sentimento, trazemos considerações que avaliamos principais a respeito dessas pesquisas.

A primeira consideração está relacionada aos limites de buscas. Aqui nessa revoada, estão apresentados os trabalhos que apareceram no voo, ou seja, aqueles que os bancos consultados apresentaram quando inseridos os descritores. Isso se deve ao fato de as buscas serem limitadas pelo sistema, pois nem sempre o texto apresentado equivale aos conceitos lançados nos espaços de assuntos, palavras-chave, títulos e/ou resumos. Em todas as pesquisas aqui apontadas é perceptível como estamos num emaranhado em que, por todos os lados, há mecanismos que nos fazem ser-estar-existir de determinados modos para determinados fins. Mesmo fazendo voos diferentes, cada uma dessas borboletas trouxe um enfrentamento para a discussão e problematização a respeito do gerenciamento de vidas, além disso, lançam as bases para que outros estudos tomem para si temáticas contemporâneas da educação, sejam elas circunscritas à forma escolar, sejam elas voltadas a iniciativas pedagógicas centrífugas.

Além disso, alguns trabalhos se lançam, e arriscamos dizer que ousam fazer relações entre perspectivas ou campos diferentes como é o caso do trabalho de Rizza (2015) que entrelaça uma linha de pesquisa em Educação Ambiental, ensino e formação de educadores/as, e a sexualidade no cenário educacional. Para alguns pode até parecer uma certa força de barra, mas perceber essas discussões adentrando outros campos de estudo, além de nos animarem, apontam uma chance de ampliação das discussões dessas temáticas. Quantos aromas, sabores, emoções e impulsos podem conter uma revoada acadêmica! Que encontros, que borboletas, quanto néctar!

AGRADECIMENTOS: Não aplicável.

CONTRIBUIÇÕES DOS AUTORES: Bertoldo, T. A. T.: concepção e desenho, aquisição de dados, análise e interpretação dos dados, redação do artigo, e revisão crítica de conteúdo intelectual importante; Cardoso, L. R.: concepção e desenho, aquisição de dados, análise e interpretação dos dados, redação do artigo, e revisão crítica de conteúdo intelectual importante. As autoras leram e aprovaram a versão final do manuscrito.

CONFLITOS DE INTERESSE: As autoras declaram que não há conflitos de interesse.

REFERÊNCIAS

- Abud, C. C. R., & Teive, G. M. G. (2015). Biopolítica dos corpos saudáveis: práticas disciplinares de prevenção da aids em livros didáticos de ciências do ensino fundamental. *Anais da 37ª Reunião Científica da ANPEd*, Florianópolis, SC, Brasil. Recuperado de: <https://play.google.com/store/apps/details?id=dmx.appyou.anped37>
- Aquino, J. G. (2017). Educação e biopolítica: um panorama da produção acadêmica brasileira no campo educacional (2001-2016). *Educar em Revista*, 66, 95-112. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.53864>
- Borchardt, T. T. (2015). A sociedade educativa e a subjetivação de professores que ensinam matemática nos anos iniciais da educação básica. (Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática). Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, Brasil.
- Bujes, M. I. E. (2001). Infância e maquinarias. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.
- Caetano, P. J. (2018). Em torno da hermenêutica da escola: anatomia de uma política em mutação. *Educação e Pesquisa*, 44, e184044. 2018. <https://doi.org/10.1590/s1678-4634201844184044>
- Cardoso, L. R. (2012). Homo Experimentalis: dispositivo da experimentação e tecnologias de subjetivação no currículo de aulas experimentais de ciências em Minas Gerais. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.
- Cardoso, T. A. I., & Celorico, J. (2010) Revisão da literatura e sistematização do conhecimento. Porto: Porto Editora.
- Carvalho, S. R., Andrade, H. S., & Oliveira, C. F. (2019). O governo das condutas e os riscos do risco na saúde. *Interface*, 23, 190208. <https://doi.org/10.1590/interface.190208>
- Cesar, M. R. A., & Duarte, A. M. (2017). Governamento e pânico moral: corpo, gênero e diversidade sexual em tempos sombrios. *Educar em Revista*, 66, 141-155. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.54713>
- Conceição, L. C. (2015). A alternativa para o menino indesejável: vozes e sujeitos na biopolítica da juvenilização da EJA. *Anais da 37ª Reunião Científica da ANPEd*, Florianópolis, SC, Brasil. Recuperado de: <https://play.google.com/store/apps/details?id=dmx.appyou.anped37>
- Dal'igna. M. C. (2015). Gênero e governamentalidade: uma articulação teórico-metodológica para analisar processos de subjetivação. *Anais da 37ª Reunião Científica da ANPEd*, Florianópolis, SC, Brasil. Recuperado de: <https://play.google.com/store/apps/details?id=dmx.appyou.anped37>
- Falchi, C. A. (2018). Crítica ao paradigma da diferença identitária dos corpos: transgressão de gênero como ruptura ética. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual Paulista, Marília, SP, Brasil.
- Ferreira, M. V. (2016). Práticas curriculares de formação continuada de técnicos da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Estado do Pará (FASEPA): um diagnóstico histórico-genealógico (2011-2015). Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil.
- Gadelha, S. (2017). Desempenho, gestão, visibilidade e tecnologias como vetores estratégicos de regulação e controle de condutas na contemporaneidade. *Educar em Revista*, 66, 113-139. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.54712>
- Gallo, S. (2017). Biopolítica e subjetividade: resistência? *Educar em Revista*, 66, 77-94. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.53865>
- Gallo, S., & Limongelli, R. M. (2010). "Infância maior": linha de fuga ao governo democrático da infância. *Educação & Pesquisa*, 46, e236978. <https://doi.org/10.1590/s1678-4634202046236978>
- Gomes, S. S., & Aquino, J. G. (2019). Uma Breve Genealogia do Teatro e Educação no Brasil: o teatro para crianças. *Revista Brasileira de Estudos da Presença*, 9(1), e82416. <https://doi.org/10.1590/2237-2660>
- Klaus, V., Menezes, E. C. P., & Turchiello, P. (2015). Neoliberalismo, gestão educacional e políticas de inclusão: desafios para a escola contemporânea. *Anais da 37ª Reunião Científica da ANPEd*, Florianópolis, SC, Brasil. Recuperado de: <https://play.google.com/store/apps/details?id=dmx.appyou.anped37>
- Kraemer, G. M., & Thoma, A. S. (2019) A modulação das condutas das pessoas com deficiência no contexto educacional brasileiro de inclusão. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 25(3), 421-434. <https://doi.org/10.1590/s1413-65382519000300005>
- Lingnau, C. M., & Navarro, P. (2018). "Ciência sem fronteiras" como acontecimento discursivo e dispositivo de poder/saber. *Educação em Revista*, 34, e181284. <https://doi.org/10.1590/0102-4698181248>
- Lockmann, K., & Machado, R. (2018). Pátria educadora? Uma análise das propostas para o ensino público

brasileiro. *Pro-Posições*, 29(1), 128-152. <https://doi.org/10.1590/1980-6248-2016-0020>

Manoel, C. A. L. C. (2017). Um olhar contemporâneo para a matemática financeira presente nos livros didáticos do ensino médio. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática). Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS, Brasil.

Melo, F., & Olivar, J. M. N. (2019). O ordinário e o espetáculo no governo da fronteira: normatividades de gênero em Tabatinga. *Revista Brasileira Ciências Sociais*, 34(101), e3410116. <https://doi.org/10.1590/3410116/2019>

Mendes, C. L., & Lima, G. P. C. (2015). Neoliberalismo, capital humano e currículo. *Anais da 37a Reunião Científica da ANPEd*, Florianópolis, SC, Brasil. Recuperado de: <https://play.google.com/store/apps/details?id=dmx.appyou.anped37>

Nascimento, C. A. (2018). Do governo dos homens ... e das almas. *Revista Brasileira de Educação*, 23, e230014. <https://doi.org/10.1590/s1413-24782018230014>

Nogueira, J. F. A. (2015). Dispositivo da sexualidade e psiquiatrização da educação: notas farmacobiopolíticas sobre o corpo. *Anais da 37a Reunião Científica da ANPEd*, Florianópolis, SC, Brasil. Recuperado de: <https://play.google.com/store/apps/details?id=dmx.appyou.anped37>

Nunes, M. L. F., & Neira, M. G. (2018). O currículo de licenciatura em educação física e a fabricação do sujeito-cliente. *Revista Brasileira de Educação*, 23, e230038. <https://doi.org/10.1590/s1413-24782018230038>

Pagni, P. A. (2019). Dez Anos da PNEEPEI: uma análise pela perspectiva da biopolítica. *Educação e Realidade*, 44(1), e84849. <https://doi.org/10.1590/2175-623684849>

Paraíso, M. (2018). Fazer do caos uma estrela dançarina no currículo: invenção política com gênero e sexualidade em tempos do slogan ideologia de gênero. In: Paraíso, M. A., & Caldeira, M. C. S. (Orgs.). *Pesquisas sobre currículos, gêneros e sexualidades*. Belo Horizonte: Mazza, p. 23-52.

Pimentel, G. A. S. (2012). Processos de subjetivação, poder disciplinar e trabalho docente no Grupo Escolar Professor Manoel Antonio de Castro (1940 – 1970). Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil.

Reis Júnior, L. P. (2014). Tramas de subjetivação: analítica da fabricação do PARFOR-Pedagogia-Campus de Bragança/UFPA. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil.

Resende, H. M. (2018). A Educação por toda a Vida como Estratégia de Biorregulação Neoliberal. In: Resende, H. M. (Orgs.). *Michel Foucault: a arte neoliberal de governar e a educação*. São Paulo: Intermeios, p. 77-94.

Rigue, F. M. (2020). Uma genealogia da formação inicial de professores de química no Brasil. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil.

Ripe, F. C., & Amaral, G. L. (2018). O governo dos sujeitos infantis masculinos: instruções modelares para um menino cristão em um manual de civildade português do final do século XVIII. *Revista Brasileira de História da Educação*, 18, e040. <https://doi.org/10.4025/rbhe.v18.2018.e040>

RIZZA, J. L. (2015). A sexualidade no cenário do ensino superior: um estudo sobre as disciplinas nos cursos de graduação das universidades federais brasileiras. Tese (Doutorado em Educação Ambiental). Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, RS, Brasil.

Santaiana, R. S., & Forell, L. (2017). Ensino fundamental de nove anos: das estratégias do governo dos infantis nas políticas educacionais. *Cadernos CEDES*, 37(102), 179-200. <https://doi.org/10.1590/cc0101-32622017173869>

Santos, D. V. (2017). Dos cursos da vida e das vidas em curso: práticas de medicalização da infância e suas relações com currículos de profissionais de saúde em um CAPSi em Belém do Pará. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil.

Sardagna, H. V., & Frozza, T. F. (2019). Narrativas e práticas de governamentalidade: a perspectiva do docente sobre o aluno com deficiência. *Educação em Revista*, 35, e188848. <https://doi.org/10.1590/0102-4698188848>

Sardagna, H. V., & Silva, D. B. (2017). Plano viver sem limite: estratégia da governamentalidade democrática no âmbito educacional. *Anais da 38a Reunião Científica da ANPEd*, São Luís, MA, Brasil. Recuperado de: <https://play.google.com/store/apps/details?id=dmx.appyou.anped37>

Seré, Q. C. (2014). Políticas do corpo e governo da cidade: do retorno à vida democrática na cidade de Montevidéu - Uruguai. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.

Tauhata, T. B. V., & Cassoli, T. (2020). O governo da adolescência e seus deslocamentos históricos. *Educação em Revista*, 36, e234615. <https://doi.org/10.1590/0102-4698234615>

Veiga-Neto, A. (2021). Mais uma Lição: sindemia covídica e educação. *Educação & Realidade*, 45(4), e109337.
<https://doi.org/10.1590/2175-6236109337>

Recebido: 2 de maio de 2021 | **Aceito:** 25 de maio de 2021 | **Publicado:** 30 de maio de 2021



This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.